

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**EDUARDO DEZAN**

**ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA: O CASO DO FUMO NO COREDE VALE DO  
RIO PARDO.**

**PORTO ALEGRE**

**2013**

EDUARDO DEZAN

**ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA: O CASO DO FUMO NO COREDE VALE DO  
RIO PARDO.**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao Curso de Graduação em Economia, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.  
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio Conterato.

PORTO ALEGRE

2013

EDUARDO DEZAN

**ESPECIALIZAÇÃO ECONÔMICA: O CASO DO FUMO NO COREDE VALE DO  
RIO PARDO.**

Trabalho de conclusão de curso submetido ao  
Curso de Graduação em Economia, da  
Faculdade de Ciências Econômicas da  
UFRGS, como requisito parcial para obtenção  
do título de Bacharel em Ciências Econômicas.  
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Antônio  
Conterato.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2013.

---

Prof. Dr. Marcelo Antonio Conterato

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Leonardo Xavier da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Prof. Dr. Lovois de Andrade Miguel

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de dedicar este trabalho às pessoas que tiveram que conviver com minhas ausências e variações de humor durante a realização dele: minha esposa Mirian, meus pais Dilmar e Madalena, meu padrasto Paulo e meus irmãos Alexandre, Betina, Camila e Débora.

Agradeço também ao meu professor orientador Marcelo Conterato por ter sido um guia fundamental na elaboração deste trabalho de conclusão de curso. Por fim quero lembrar os colegas Kely, Gabriel, Henrique, Andrea e Séfora que muito me ajudaram durante a minha jornada de longos anos na Universidade e sem os quais seria tudo mais difícil.

## RESUMO

A especialização regional encontrada no Vale do Rio Pardo, localizado no estado do Rio Grande do Sul, é marcada pela atividade agroindustrial do fumo, grande responsável pelo desenvolvimento dessa região. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar o processo de expansão da fumicultura na região do Vale do Rio Pardo e como a especialização dessa atividade agrícola e industrial tem contribuído para a economia da região e moldado as relações entre os agentes. Para tanto, partiu-se de revisão bibliográfica, tendo sido analisadas produções de cunho científico-acadêmico de instituições e autores reconhecidos, com a finalidade de se estruturar e sustentar a argumentação de que a especialização agroindustrial do fumo, apesar de teorias que defendem a diversificação da atividade agrícola dessa região, tem sido responsável pelo impulsionamento econômico do Vale do Rio Pardo. A justificativa para a proposição dessa temática está no fato dela vir a contribuir para as pesquisas econômicas e sociais que têm discutido o desenvolvimento daquela região, baseada na cultura do fumo. O estudo demonstrou que tanto na agricultura quanto no emprego urbano, os Quocientes Locacionais (QLs) são expressivamente altos.

**Palavras-chave:** Fumicultura. Vale do Rio Pardo. Especialização. Quociente locacional.

## ABSTRACT

The regional specialization found in Vale do Rio Pardo, located in the state of Rio Grande do Sul, is defined by the industrial and farming activity of the fume, largely responsible for the development of this region. In this sense, the present work aims to analyze the process of expansion of tobacco farming in the Vale do Rio Pardo and how these expertise agricultural and industrial activities have contributed to the economy of the region and molded the relationship between the agents. To do so, we started with a literature review, analyzing productions of a scientific nature from academic institutions and renowned authors, in order to structure and sustain the argument that specialization, despite theories that advocate diversification of agricultural activity in this region, has been responsible for boosting the economy of Vale do Rio Pardo. The rationale for proposing this theme is in fact the same can potentially contribute to the economic and social surveys that have been debating the development agenda of the region, based on culture of tobacco. The study demonstrated that, in both agriculture and urban employment, the Locational Quotients (QLs) are significantly high.

**Keywords:** Tobacco farming. Vale do Rio Pardo. Specialization. Location quotient.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: COREDE Vale do Rio Pardo.....	06
Figura 2: Taxa de urbanização dos COREDES em 2010 .....	09
Figura 3: Municípios produtores de tabaco na região sul do Brasil em 2008 .....	15
Figura 4: Fórmula Geral do Quociente Locacional .....	35
Figura 5: Fórmula do Quociente Locacional da Agropecuária .....	35

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Variação populacional nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo entre 2000 e 2011. ....	10
Tabela 2: Participação do VAB da Agropecuária no VAB Total em 2010 .....	11
Tabela 3: Valor Adicionado Fiscal do Vale do Rio Pardo em 2010. ....	11
Tabela 4: Exportação de fumo nos municípios do Vale do Rio Pardo em 2012.....	14
Tabela 5: Fumicultura Sul-Brasileira .....	16
Tabela 6: Área plantada (em hectares) na cultura do fumo nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo nos anos de 2000, 2006 e 2011.....	17
Tabela 7: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários de lavoura temporária em 2006. ....	19
Tabela 8: Atividade Agropecuária do fumicultor sul-brasileiro. Safra 2012/13. ....	20
Tabela 9: Distribuição da Margem Líquida do setor fumageiro no ano de 2009. ....	22
Tabela 10: Teoria das Vantagens Relativas. Custo unitário de produção em horas/trabalho .....	25
Tabela 11: Valor de Produção Agrícola nos Municípios do COREDE Vale do Rio Pardo de 2009 até 2012.....	39
Tabela 12: Quociente Locacional Agrícola do Fumo nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo de 2009 até 2012. ....	40
Tabela 13: Emprego Total e no Setor do Fumo nos Municípios do COREDE Vale do Rio Pardo .....	42
Tabela 14: Quociente Locacional Urbano do Fumo nos Municípios do COREDE Vale do Rio Pardo no Ano de 2009. ....	43

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>05</b>
<b>1 O FUMO NA REGIÃO DO COREDE VALE DO RIO PARDO</b> .....	<b>07</b>
1.1 O COREDE VALE DO RIO PARDO.....	07
1.2 HISTÓRICO DO FUMO: BRASIL E REGIÃO.....	13
1.3 CENÁRIO ATUAL: A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO TABACO NA REGIÃO.....	15
<b>2 A ESPECIALIZAÇÃO EM DEBATE</b> .....	<b>24</b>
2.1 OS CLÁSSICOS: SMITH E RICARDO.....	24
2.2 COMPLEMENTANDO OS CLÁSSICOS: MARSHALL E NORTH.....	27
2.3 A CEPAL E O PROBLEMA DA “PERIFERIA” .....	29
2.4 MARKOWITZ E AS VANTAGENS DA DIVERSIFICAÇÃO .....	31
2.5 A SÍNTESE DE PAIVA .....	32
<b>3 MEDINDO A ESPECIALIZAÇÃO DO COREDE VALE DO RIO PARDO: O EXEMPLO DA FUMICULTURA</b> .....	<b>35</b>
3.1 O QUOCIENTE LOCACIONAL .....	35
3.2 METODOLOGIA.....	37
3.3 QL AGRÍCOLA DO FUMO NO COREDE VALE DO RIO PARDO .....	39
3.4 QL URBANO DO FUMO NO COREDE VALE DO RIO PARDO .....	42
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>48</b>
<b>ANEXO I</b> .....	<b>51</b>

## INTRODUÇÃO

O Brasil possui lugar de destaque no comércio mundial de tabaco, sendo o segundo maior produtor mundial do produto em folha e o principal exportador. Neste quadro, a produção no sul do país tem papel fundamental, concentrando grande parte da produção agrícola e beneficiamento da folha. Por sua vez, o COREDE Vale do Rio Pardo tem destaque dentro da produção da região sul do Brasil, com a presença de produção primária e de indústrias que remontam desde o início do século.

É sabido que a indústria do cigarro sofre forte campanha negativa em todo o mundo, pelos malefícios que causa a saúde. Segundo DESER (2010), o consumo no Brasil vem caindo nos últimos anos. Por outro lado, a alta concentração nesse setor econômico desempenha papel central na economia da região, e esta pesquisa procurou demonstrar ao longo do trabalho os indicadores que comprovam essa realidade.

Como será abordado durante o primeiro capítulo, as exportações de fumo apenas dos municípios da região representam cerca de 13% das exportações totais do Rio Grande do Sul. Este cenário de importância local e estadual do tabaco, bem como as preocupações que a eventual dependência de um setor da economia que está em um cenário de diminuição de consumo do seu produto final, motivaram a realização dessa pesquisa. Também o fato de existir uma literatura que já abordou com sucesso o tema, mas para toda a região do sul do Brasil levou à construção do objetivo de focar o estudo ainda mais na região que parece ser o principal centro da cultura do tabaco: o COREDE Vale do Rio Pardo.

O objetivo geral do trabalho é fazer uma análise do grau de especialização econômica que a produção e o beneficiamento de tabaco têm no Vale do Rio Pardo. Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos escolhidos foram fazer um retrospecto histórico da formação desse setor de produção na região, o levantamento de dados que demonstrem a relevância do fumo para o COREDE, uma revisão do debate teórico acerca da especialização econômica e a medida da concentração desse setor a partir do Quociente Locacional.

A metodologia de utilizar o Quociente Locacional para comprovar que de fato existe essa especialização se deu porque o QL é hoje uma das ferramentas mais

utilizadas e aceitas no meio acadêmico como medida de especialização e permite vislumbrar o quanto uma microrregião é especializada em determinada cultura quando confrontada com a macrorregião na qual está inserida. Isso deve permitir mostrar que mesmo em um estado onde o fumo já desempenha papel significativo, o Vale do Rio Pardo possui uma concentração ainda maior.

No primeiro capítulo será feito um breve relato histórico e uma caracterização demográfica e econômica do COREDE Vale do Rio Pardo. Também esse capítulo discute o histórico do fumo no Brasil, desde seu surgimento e chegada ao país, até a expansão na região. Por fim, através de números disponíveis e da bibliografia atual, é traçado o encontro entre região e produto no cenário atual. A importância das exportações e o papel de cada ator da cadeia produtiva são discutidos no final do capítulo

O segundo capítulo é dedicado a uma revisão bibliográfica a respeito do debate entre especialização e diversificação. Quais são as vantagens e desvantagens que uma região geográfica altamente especializada em determinado produto possui. Desde os clássicos até o debate mais atual, procuramos revisar as posições mais consagradas a respeito do tema.

O terceiro capítulo apresenta o conceito e a maneira de cálculo do QL e busca dados atuais sobre as produções agrícolas e industriais da região, buscando solucionar a questão do quanto o COREDE Vale do Rio Pardo é de fato especializada no fumo. Por fim, a conclusão buscará fazer uma análise final sobre o tema, trazendo de volta todos os fatores e dados levantados durante o estudo.

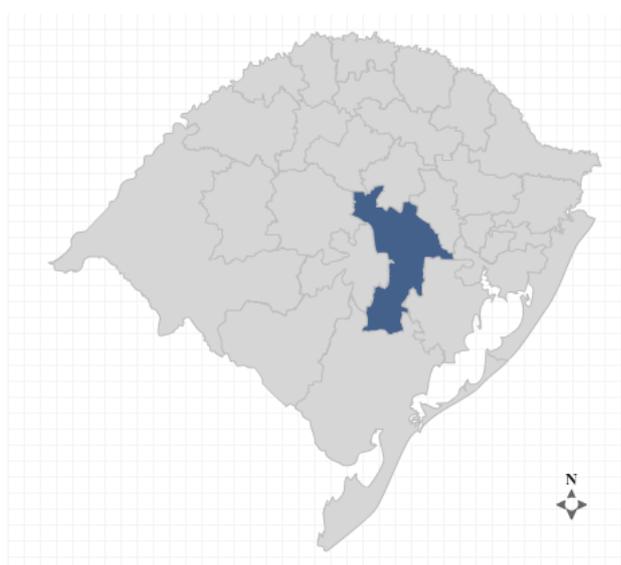
## 1 O FUMO NA REGIÃO DO COREDE VALE DO RIO PARDO

Neste capítulo será apresentado o objeto do nosso estudo: a economia da região do COREDE Vale do Rio Pardo, sua especialização e dependência em relação ao setor fumageiro. O objetivo é rapidamente abordar questões geográficas, históricas e de demografia da região e, na análise de números e indicadores, perceber o papel central exercido pela agroindústria do tabaco na sua economia.

### 1.1 O COREDE VALE DO RIO PARDO

Localizada na região central do estado do Rio Grande do Sul, conforme pode ser visualizado na Figura 1 a seguir, o COREDE Vale do Rio Pardo é composto pelos 23 municípios, a saber: Arroio do Tigre, Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Estrela Velha, General Câmara, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Pantano Grande, Passa Sete, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Tunas, Vale do Sol, Vale Verde, Venâncio Aires e Vera Cruz.

Figura 1: COREDE Vale do Rio Pardo.



Fonte: FEE (2013).

COREDE é uma sigla adotada para “Conselho Regional de Desenvolvimento”. Trata-se de divisões regionais criadas no estado do Rio Grande do Sul pela Lei 10.283 de 17/10/1994, através do marco legal da Constituição Estadual (artigos 166 até 170) e regulamentadas a partir do Decreto 35.764 de 28/12/1994. Segundo SCP-DEPLAN (2006), os COREDES são fundamentalmente divisões de planejamento para o desenvolvimento local. A discussão e proposição de alternativas, estudo das especificidades fazem parte desse escopo, juntando os diversos atores da economia e sociedade das regiões delimitadas.

O primeiro município a ser fundado na região, de acordo com KARNOPP (2006), foi Rio Pardo, em 1769. Foi uma consequência da ocupação inicial feita através da criação da fortaleza Jesus-Maria-José, próxima ao encontro dos rios Pardo e Jacuí. O estabelecimento de portugueses no local, através da fortaleza, só foi possível após a assinatura do Tratado de Madrid em 1750, que conferia o espaço geográfico anteriormente espanhol (pelo Tratado de Tordesilhas) aos portugueses.

A partir da colonização portuguesa, o espaço antes ocupado majoritariamente por tribos indígenas da etnia Tupi-Guarani passou a ser dividido por jesuítas, colonizadores portugueses, indígenas e escravos africanos.

A região, tal qual todo o estado do Rio Grande do Sul começou a receber colonizadores de origem italiana e alemã a partir do século XIX. Santa Cruz do Sul, hoje a maior cidade do COREDE Vale do Rio Pardo, foi fundada como uma Colônia em 1849 justamente para assentar imigrantes alemães. Segundo KARNOPP (2003), os lotes distribuídos aos colonos eram de topografia irregular e cobertos por florestas, além de serem pequenos. A colônia de Santa Cruz acabou apresentando uma diversificação produtiva no começo, mas gradativamente foi migrando para uma atividade agrícola prioritariamente calcada no tabaco, cenário que se observa até hoje.

Após representar pouco mais da metade de área total do estado, o município de Rio Pardo foi separado de Santa Cruz do Sul, e ambos passaram a ser desmembradas em ainda mais municípios no decorrer do século XX. De acordo com a FEEDADOS (2013), a maioria dos municípios da região foi formada a partir dos dois citados: Boqueirão do Leão, Candelária, Encruzilhada do Sul, Herveiras, Mato Leitão, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Sinimbu, Vale do Sol e Vera Cruz. Outros, localizados na parte noroeste da região, faziam parte de Soledade, que por sua vez é um desmembramento de Passo Fundo. São eles Sobradinho, Tunas e os

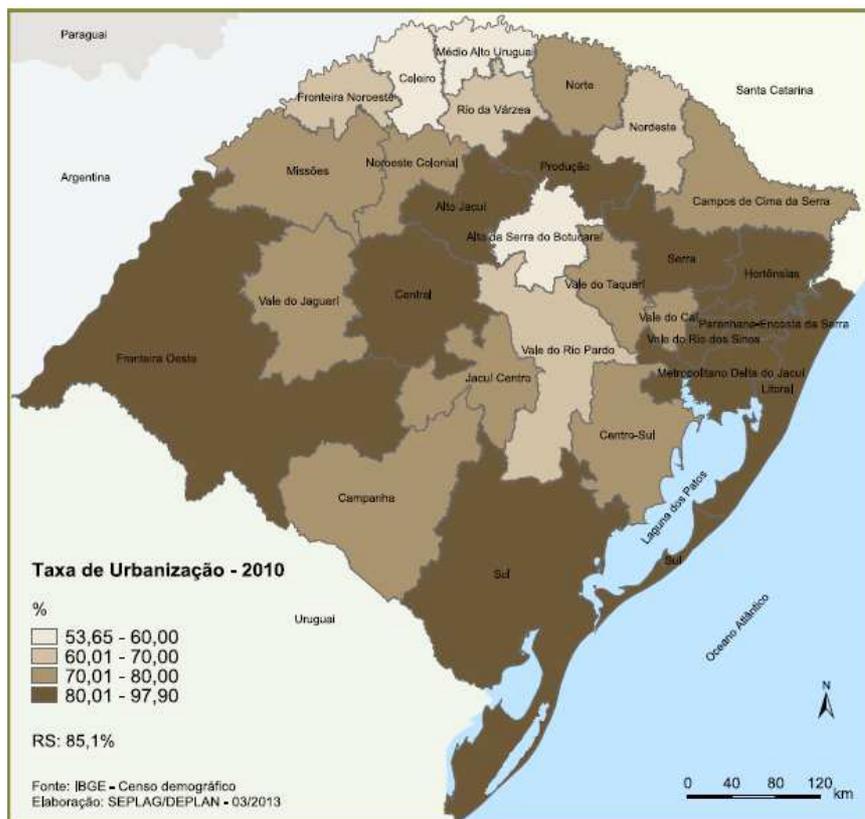
seguintes municípios desmembrados posteriormente de Sobradinho: Arroio do Tigre, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete e Segredo. Por fim, há os municípios nascidos a leste de Santa Cruz do Sul a partir de um desmembramento do município de Taquari: inicialmente General Câmara e depois Venâncio Aires e Vale Verde.

Apesar de nem todos os municípios possuírem a origem política em comum em Rio Pardo e Santa Cruz, a proximidade geográfica e as semelhanças econômicas permitem que o breve apanhado feito sobre a origem histórica desses dois municípios seja utilizado como uma base segura para a generalização de toda a região.

Configurada como uma região predominantemente rural, a cobertura urbana atualmente é de apenas 2,03% do território total de 13.255,7 km<sup>2</sup> segundo a base cartográfica do IBGE em 2010. Desta pequena zona urbana, destacam-se os centros urbanos de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires que representam grande parte do comércio e do setor de serviços da região.

A população total foi estimada em 419.609 habitantes no ano de 2011. No Censo de 2010 do IBGE, 63,1% da população era urbana, um percentual expressivamente abaixo da média do estado do Rio Grande do Sul e do Brasil, que possuíam 85,1% e 84,3% respectivamente. Na Figura 2, está representado um mapa de grau de urbanização do Rio Grande do Sul dividido por COREDES. Esses dados, de baixa urbanização na região, começam a ilustrar a importância relativa do setor primário para a região, com grande extensão territorial e participação relativamente alta de população não urbana na população total.

Figura 2: Taxa de urbanização dos COREDES em 2010



Fonte: SCP-DEPLAN (2006).

Em outros dados referentes à demografia, o COREDE analisado se encontra bem próximo dos dados médios do estado do Rio Grande do Sul. Na tabela abaixo, por exemplo, está demonstrada a variação populacional de todos os municípios da região nos últimos onze anos. Observamos uma variação positiva de 5,67% no período, que está discretamente acima da média estadual do período que foi de 5,38%.

Tabela 1: Variação populacional nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo entre 2000 e 2011.

<b>Município</b>	<b>2000</b>	<b>2011</b>	<b>Variação Absoluta</b>	<b>Variação Relativa</b>
Arroio do Tigre	12.216	12.721	505	4,13%
Boqueirão do Leão	7.825	7.686	- 139	-1,78%
Candelária	29.585	30.225	640	2,16%
Encruzilhada do Sul	23.902	24.588	686	2,87%
Estrela Velha	3.691	3.632	- 59	-1,60%
General Câmara	8.737	8.439	- 298	-3,41%
Herveiras	2.957	2.961	4	0,14%
Ibarama	4.454	4.382	- 72	-1,62%
Lagoa Bonita do Sul	2.455	2.673	218	8,88%
Mato Leitão	3.210	3.895	685	21,34%
Pantano Grande	10.979	9.868	- 1.111	-10,12%
Passa Sete	4.644	5.177	533	11,48%
Passo do Sobrado	5.566	6.035	469	8,43%
Rio Pardo	37.783	37.619	- 164	-0,43%
Santa Cruz do Sul	107.632	119.057	11.425	10,61%
Segredo	6.911	7.125	214	3,10%
Sinimbu	10.210	10.065	- 145	-1,42%
Sobradinho	13.873	14.326	453	3,27%
Tunas	4.310	4.408	98	2,27%
Vale do Sol	10.558	11.108	550	5,21%
Vale Verde	3.057	3.261	204	6,67%
Venâncio Aires	61.234	66.230	4.996	8,16%
Vera Cruz	21.300	24.128	2.828	13,28%
<b>Total</b>	<b>397.089</b>	<b>419.609</b>	<b>22.520</b>	<b>5,67%</b>

Fonte: FEE – Estimativa da população por município e sexo, 2000 a 2011 – Rio Grande do Sul (2013).

Outra maneira de demonstrar que o COREDE Vale do Rio Pardo tem na agropecuária um setor de grande importância relativa em sua economia é a participação desta no Valor Adicionado Bruto. Conforme se pode observar na tabela abaixo, baseada em dados do PIB de 2010, o RS já é um estado com um Valor Adicionado Bruto da agropecuária superior à média nacional brasileira, e a região tem uma média ainda maior do que a estadual. Além disso, é importante notar que o setor agropecuário possui vários desdobramentos em toda a economia da região, como as indústrias de beneficiamento, refletindo seu desempenho também nos setores secundário e terciário da economia.

Tabela 2: Participação do VAB da Agropecuária no VAB Total em 2010

Região	VAB Agropec./VAB Total
Brasil	5,30%
Rio Grande do Sul	8,69%
Vale do Rio Pardo	13,68%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da FEE (2013) e Banco Central do Brasil (2013).

De acordo com Oliveira (2013): “O valor adicionado Fiscal é o resultado da diferença entre os valores das operações de saídas de mercadorias e serviços, sujeitos ao ICMS, em relação aos de entrada, consideradas as variações de estoque. O VAF é um dado administrativo obtido por meio da Declaração Fisco-Contábil-DFC, que é um demonstrativo das operações de entrada e saída de mercadorias abrangidas pelo ICMS, transcritas fielmente dos livros de Registros Fiscais”. O fundamento legal do VAF é a Constituição, que determina que 25% do que é arrecadado em ICMS deve ser repassado aos municípios. O VAF é utilizado para a elaboração do índice que vai calcular quanto cada município receberá.

No que diz respeito a participação no Valor Adicionado Fiscal estadual (Tabela 3) o COREDE Vale do Rio Pardo representava apenas 3,35% do total no ano de 2010, o que mesmo assim o coloca como o quinto COREDE de maior VAF. A maior parte vem do setor da indústria, com mais de 2,5 bilhões de reais e o quarto lugar no estado, seguida pela produção e extração animal e vegetal, que supera o VAF do comércio e de serviços.

Tabela 3: Valor Adicionado Fiscal do Vale do Rio Pardo em 2010.

Vale do Rio Pardo			No Estado	
2012 (ano-base 2010)			Participação	Classificação*
Valor Adicionado Fiscal (R\$ mil)	2010	5.307.664	3,35%	5
Produção e Extração Animal e Vegetal	2010	1.252.782	4,73%	8
Indústria	2010	2.511.570	3,89%	4
Comércio	2010	1.087.311	2,17%	10
Serviços e Outros	2010	456.001	2,59%	7

\*Classificação diz respeito à posição ocupada pelo COREDE entre todos os 27 existentes.  
Fonte: SEFAZ e FEE (2013).

## 1.2 HISTÓRICO DO FUMO: BRASIL E REGIÃO

Conforme pontuado por Xavier da Silva (2002), as evidências históricas apontam para a existência de fumo na América desde o período anterior às grandes navegações e aos descobrimentos. Existem diversos relatos de usos em rituais religiosos por parte dos indígenas nativos de cachimbos de tabaco. Ainda segundo o autor, colonização portuguesa exerceu papel essencial na difusão do fumo na Europa. A popularidade do produto se deu principalmente entre as camadas mais abastadas da população e os marinheiros envolvidos na navegação entre metrópole e colônia.

A expansão para o resto do mundo, conforme DESER (2010), também pode ser atribuída aos comércios marítimos dos portugueses e espanhóis. No século XVI se deu a profusão para a Ásia e África, onde o fumo era utilizado muitas vezes como moeda de troca. DESER (2010) ainda mostra que no início do século XVII a popularidade do tabaco era tamanha na Europa que apenas na Inglaterra cerca de 7 mil lojas com o intuito de vender o tabaco tipo Virgínia foram abertas.

O cigarro industrial tal como é comercializado atualmente, tem origem nos Estados Unidos, a partir da marca Camel, em 1913. Com a industrialização da produção, veio junto a profusão em escala industrial dos problemas de saúde relacionados ao consumo de cigarros de tabaco. No início dos anos 50 começam a se popularizar estudos científicos que apontavam a conexão entre o risco de câncer e o hábito de fumar, e apenas em 1965 a OMS (Organização Mundial da Saúde da ONU) estabeleceu a Agência Internacional de Investigação do Câncer, que se voltou para o estudo e prevenção do consumo do tabaco.

As primeiras plantações de tabaco no Brasil se deram ainda no período colonial, na área do recôncavo baiano, compreendida entre Salvador e Recife (SOUZA CRUZ, 2013). Apesar de inicialmente serem para o próprio consumo dos colonizadores, rapidamente a produção escalou para a venda do excedente para os interessados europeus. Durante a ocupação holandesa do nordeste brasileiro, o fumo foi um dos produtos comercializados. A partir da retomada do monopólio colonial na região, com a expulsão dos “invasores” holandeses, algumas iniciativas foram tomadas para a regulação e tentativa de inibir o contrabando do produto como a instituição da “Junta de Administração do Tabaco”, a partir do Alvará de 14 de Julho de 1674.

A importância das plantações de tabaco para a economia colonial brasileira pode ser vista até hoje em um dos símbolos do país: o brasão da república. Existem ali duas folhas representadas: a do tabaco e a do café. Isso é uma influência legada do brasão imperial, que aponta para a importância da folha no comércio da época. DESER (2010) aponta que em 1850 o fumo era o principal produto utilizado na compra de escravos na África.

No início do século XX a plantação de fumo deixou de ser extremamente concentrada no nordeste brasileiro e passou a se espalhar para outros estados como Goiás, São Paulo, Minas Gerais, mas principalmente para os estados da região Sul: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

A partir da já referida chegada de colonizadores alemães e italianos para a região do Vale do Rio Pardo, notadamente alemães na fundação de Santa Cruz do Sul, começou o cultivo do tabaco na região. Souza Cruz (2013) ainda mostra que o ano de 1917 é considerado emblemático na expansão das plantações de fumo na região pela instalação da empresa de beneficiamento industrial “BrazilianTobacco Corporation”, que é um embrião do que hoje se tornou a empresa Souza Cruz, de notada importância no setor.

A escalada de um setor fortemente agrícola para um sistema agroindustrial com forte integração entre produtores rurais, fornecedores de insumos e beneficiadores industriais se deu, conforme Silveira (2013), a partir principalmente da década de 1970. Nessa época, as empresas nacionais de tabaco foram vendidas para empresas estrangeiras, e esse fenômeno de internacionalização das companhias aumentou as exportações, modernizou o tratamento do tabaco em folha pelas indústrias e ampliou o cultivo.

Esse processo histórico econômico tornou o Brasil um ator de destaque no comércio mundial de tabaco em folha: números da FAOSTAT (2013) colocam o país como segundo maior produtor na média do período 1992-2012 com 697.930 toneladas, atrás apenas da China. Dentro do cenário brasileiro, a região sul do país representa, conforme dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006, 97% da produção, sendo o estado do Rio Grande do Sul respondendo por 53% do total nacional. Entretanto, não se pode deixar de lado o papel hegemônico do capital internacional em todo esse processo, sendo ele o principal responsável pela alocação geográfica da produção de tabaco em local onde mão de obra e terra são baratas.

O campo do combate ao tabagismo no Brasil cresceu muito a partir de 1995, quando o governo estabeleceu o Programa Nacional de Controle do Tabagismo. Em 1996, a Lei 9294/96 restringiu o consumo de tabaco em ambientes coletivos. No ano de 2000, a Lei 10.167 proibiu propaganda de cigarros nos meios de comunicação. Logo após, em 2001, as carteiras de cigarro comercializadas no Brasil foram obrigadas a ter advertências de saúde ocupando todo um lado, com material visual produzido pelo Ministério da Saúde.

### 1.3 CENÁRIO ATUAL: A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO TABACO NA REGIÃO

Conforme abordado anteriormente, a economia do COREDE Vale do Rio Pardo está fortemente ligada ao setor primário, e neste o tabaco exerce papel central. Além da participação expressiva na agricultura, também a indústria da região tem grande parte do sua produção pautada no beneficiamento da folha. Na tabela a seguir, são ilustrados dados de exportação dos municípios da região que venderam fumo para o exterior.

Tabela 4: Exportação de fumo dos municípios do Vale do Rio Pardo em 2012.

<b>Município</b>	<b>Exportação de Fumo e assemelhados (US\$ FOB)*</b>
Candelária	470.904
Santa Cruz do Sul	1.427.895.200
Sobradinho	2.015.027
Venâncio Aires	746.831.598
Vera Cruz	83.273.509
<b>Total</b>	<b>2.260.486.238</b>

Fonte: MDIC (2013).

\*Rubricas da Balança Comercial utilizadas para o cálculo no Anexo I.

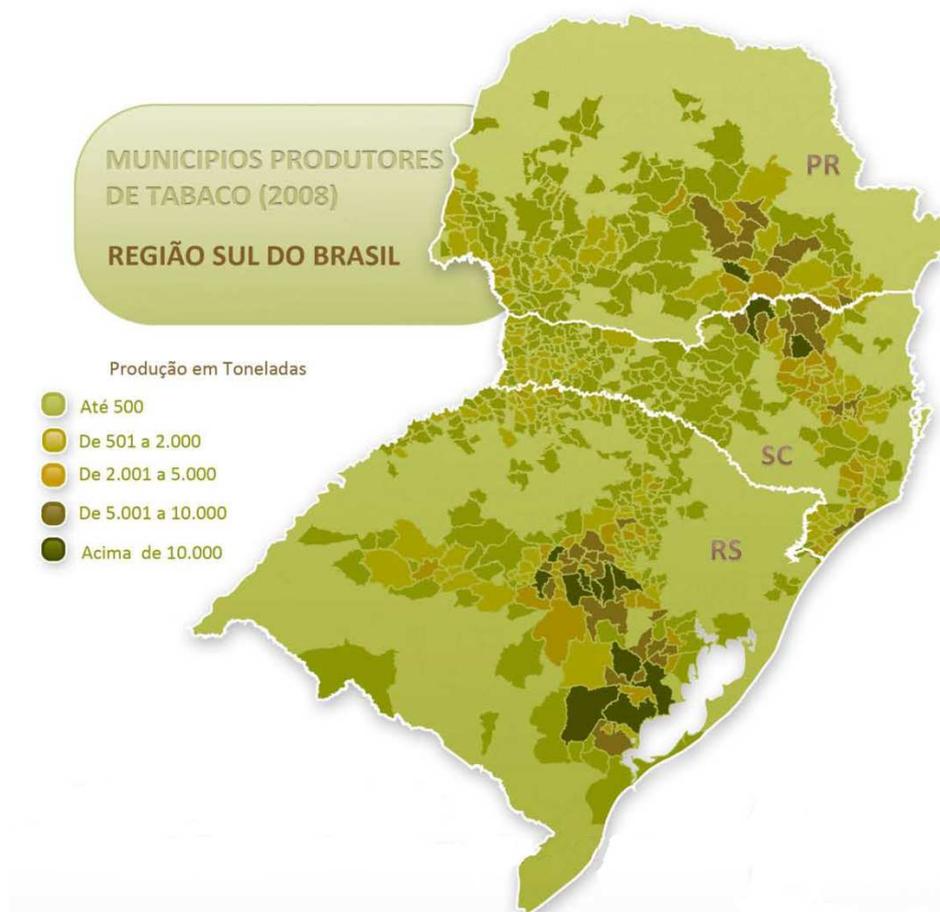
A dimensão e importância desses 2,2 bilhões de dólares em exportações podem ser verificadas em termos relativos. Segundo a mesma Balança Comercial de 2012 divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o total de exportações do Rio Grande do Sul no período foi de 17,2 bilhões, ou seja, apenas o fumo do COREDE Vale do Rio Pardo representou mais de 13% deste total. O total de exportações de todos os produtos do Vale do Rio Pardo ficou em 2,353 bilhões, o que faz com que o fumo ultrapasse 96% do total exportado pela

região. Pode-se dizer que, em termos de exportação, a região é praticamente apenas fumo.

Sobre o destino das exportações, segundo DESER (2010), o fumo brasileiro tem como os três principais destinos a União Europeia, com destaque para a Bélgica, a China e os Estados Unidos. Apenas a UE representa em torno de 45% das compras de fumo brasileiro exportado.

DESER (2012) aponta que por volta de 25% da produção nacional de tabaco vem toda ela da região do Vale do Rio Pardo, entretanto salienta a baixa renda dessa população rural. A renda anual, descontados os custos, era de apenas 850 dólares por ano, considerando dados das safras 99/2000 e 2000/01. O mapa, retirado e adaptado de DESER (2010) ilustra a concentração de grandes municípios produtores na região de estudo.

Figura 3: Municípios produtores de tabaco na região sul do Brasil em 2008



Fonte: Adaptado de DESER (2010).

A produção agrícola do tabaco se organiza predominantemente por pequenos agricultores e pequenas propriedades, sendo a via de sustento primária de diversas famílias. De acordo com Silveira (2013), se referindo a números da região Sul, 95% da produção de tabaco do país são realizadas por, aproximadamente, 186 mil famílias de agricultores em pequenas propriedades com área média de 16 ha. A AFUBRA (2013) corrobora com esses números, dizendo que a média do tamanho da propriedade é de 16,1 ha e acaba mostrando outra importante faceta da produção: mais de 42 mil famílias não possuem terra e trabalham em regimes de parceria. Na Tabela 5 abaixo, de elaboração da AFUBRA, observamos interessantes dados sobre o cenário da fumicultura sul-brasileira.

Tabela 5: Fumicultura Sul-Brasileira

FUMICULTURA SUL-BRASILEIRA						
Evolução						
SAFRA	FAMÍLIAS produtoras	HECTARES plantados	PRODUÇÃO	kg/ha	VALOR	
			TON		R\$/kg	Total
95	132.680	200.830	348.000	1.733	1,55	539.400.000,00
2000	134.850	257.660	539.040	2.092	2,00	1.078.080.000,00
05	198.040	439.220	842.990	1.919	4,33	3.650.146.700,00
06	193.310	417.420	769.660	1.844	4,15	3.194.089.000,00
07	182.650	360.910	758.660	2.102	4,25	3.224.305.000,00
08	180.520	348.720	713.870	2.047	5,41	3.862.036.700,00
09	186.580	374.060	744.280	1.990	5,90	4.391.252.000,00
10	185.160	370.830	691.870	1.866	6,35	4.393.374.500,00
11	186.810	372.930	832.830	2.233	4,93	4.105.851.900,00
12	165.170	324.610	727.510	2.241	6,30	4.583.313.000,00
13	159.595	313.675	712.750	2.272	7,45	5.309.987.500,00

Fonte: Afubra

A área plantada apenas no COREDE Vale do Rio Pardo, em 2011, foi de quase 87 mil hectares. Na Tabela 6 é demonstrada a evolução dos municípios nos anos de 2000, 2006 (quando houve um pico) e 2011, segundo a Produção Agrícola Municipal do IBGE. Em seguida, o Gráfico mostra o total de área plantada na região durante esses anos.

Tabela 6: Área plantada (em hectares) na cultura do fumo nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo nos anos de 2000, 2006 e 2011.

<b>Município</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2011</b>
Arroio do Tigre	4800	6500	7250
Boqueirão do Leão	3000	4100	3800
Candelária	8000	11000	8800
Encruzilhada do Sul	385	900	650
Estrela Velha	800	1150	1430
General Câmara	742	2800	1788
Herveiras	1000	1800	1850
Ibarama	2000	2500	2250
Lagoa Bonita do Sul	0	2300	2100
Mato Leitão	200	340	250
Pantano Grande	0	74	20
Passa Sete	2250	3025	3400
Passo do Sobrado	3200	3500	3400
Rio Pardo	3000	4600	4500
Santa Cruz do Sul	6030	8150	8000
Segredo	3000	3950	4000
Sinimbu	3700	4700	4300
Sobradinho	3000	2200	2100
Tunas	750	1500	1500
Vale Verde	560	1400	1000
Vale do Sol	4400	6625	6865
Venâncio Aires	9000	12500	12400
Vera Cruz	3850	5200	5300
<b>COREDE Vale do Rio Pardo</b>	<b>63667</b>	<b>90814</b>	<b>86953</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (2013).

Gráfico 1: Total de área plantada (em hectares) na cultura do fumo no COREDE  
Vale do Rio Pardo



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (2013).

No que diz respeito à ocupação de pessoas no setor agrícola, os números são expressivos da já citada baixa urbanização da região. Com dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE (Tabela 956), o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no grupo de atividade econômica da lavoura temporária (onde está inserida a lavoura do tabaco), foi construída a tabela que segue.

Tabela 7: Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários de lavoura temporária em 2006.

<b>Município</b>	<b>Pessoal Ocupado</b>
Arroio do Tigre - RS	5.772
Boqueirão do Leão - RS	4.069
Candelária - RS	10.182
Encruzilhada do Sul - RS	2.440
Estrela Velha - RS	2.237
General Câmara - RS	1.580
Herveiras - RS	1.244
Ibarama - RS	2.306
Lagoa Bonita do Sul - RS	1.341
Mato Leitão - RS	632
Pantano Grande - RS	283
Passa Sete - RS	2.977
Passo do Sobrado - RS	3.160
Rio Pardo - RS	7.345
Santa Cruz do Sul - RS	7.585
Segredo - RS	3.694
Sinimbu - RS	4.819
Sobradinho - RS	1.915
Tunas - RS	2.117
Vale Verde - RS	987
Vale do Sol - RS	5.722
Venâncio Aires - RS	12.589
Vera Cruz - RS	5.601
<b>Total</b>	<b>90.597</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE - Censo Agropecuário, 2006.

É oportuno recapitular que no ano de 2011 a população total da região era de pouco menos de 420 mil habitantes, enquanto no ano de 2010 a população total era de pouco menos de 400 mil habitantes (Tabela 1). Portanto, o número de aproximadamente 90 mil pessoas ocupadas em lavouras temporárias no ano de 2006 é extremamente significativo e exemplifica de maneira clara a quantidade de pessoas que tem seu sustento e suas atividades diretamente dependentes desse setor da economia.

O perfil dos agricultores que produzem o fumo no Brasil é o de pequenos agricultores, há muito tempo atores dessa cadeia produtiva e que empregam pouca mão de obra no seu auxílio. Segundo dados da AFUBRA (2013), a média da quantidade de tempo na qual o fumicultor brasileiro já planta tabaco é de 20 anos. O

número de pessoas contratadas por produtor é, em média, de apenas 0,703 e para um período médio de apenas 5,061 dias.

Chama a atenção o alto valor de retorno por área plantada que o fumo proporciona. Ainda utilizando os dados da AFUBRA (2013), entre os agricultores brasileiros classificados como fumicultores, pesquisados em 2011, a produção de fumo representava cerca de dois hectares e meio de área plantada, atrás apenas do milho com cerca de três hectares e meio. Porém, o valor gerado pelo fumo é muito maior, apesar da menor área. Enquanto a produção do tabaco nessa área média gera um valor de retorno de R\$ 43.016,00, a do milho é de apenas R\$ 6.383,00. A tabela abaixo isola o tabaco dos demais produtos vegetais e faz uma comparação de quanto os fumicultores retiram de renda da produção animal, da vegetal e de apenas do tabaco e deixa essa situação de alto rendimento muito clara.

Tabela 8: Atividade Agropecuária do fumicultor sul-brasileiro. Safra 2012/13.

<b>Produção</b>	<b>ha</b>	<b>Produção kg</b>	<b>Valor R\$</b>	<b>% no valor total</b>
<b>Animal</b>	x	1.375.245.918	1.817.677.356	20
<b>Vegetal</b>	1.101.958	2.239.125.489	2.280.474.204	24
<b>Tabaco</b>	313.675	712.750.000	5.309.987.500	56
<b>Total</b>	<b>1.415.633</b>	<b>4.327.121.407</b>	<b>9.462.139.060</b>	<b>100</b>

Fonte: AFUBRA (2013).

A estrutura do setor fumageiro do sul do Brasil é classificado, segundo Xavier da Silva (2002), como um complexo agroindustrial completo. Essa classificação se deve ao fato de que a indústria fumageira tem alto grau de integração com os agricultores do tabaco, monitorando a produção, comprando toda a produção e fornecendo insumos aos produtores rurais. Desta maneira, o capital industrial é quem coordenada todas as atividades do setor.

As empresas industriais do setor formam hoje um oligopólio, onde as empresas Souza Cruz, Phillip Morris e a Universal Leaf são as principais detentoras de mercado, tanto de produção de cigarro, quanto de beneficiamento da folha. O trabalho de Xavier da Silva (2002) mostra que dentro do complexo agroindustrial há uma perfeita especialização de atividades, coordenadas por esse capital industrial oligopolista. A indústria é quem controla a produção agrícola, definindo os preços, as quantidades a serem produzidas e os insumos a serem utilizados. Os insumos, inclusive, são na maioria das vezes fornecidos pela própria indústria, além

de diversos outros investimentos como estufas que são patrocinados pelo capital industrial.

De acordo com DESER (2010), os agricultores recebem das indústrias assistência técnica, insumos aprovados para o uso na cultura, tem financiamentos avalizados por elas, não arcam com os custos de transporte do produto da propriedade rural até a indústria e tem a garantia da compra da safra contratada por preços já definidos anteriormente em negociações com associação de produtores. Em contrapartida, os agricultores devem assumir o compromisso de produzir os volumes contratados, utilizar somente os insumos recomendados, classificar preliminarmente o fumo e comercializar toda a sua produção de acordo com os preços antes combinados.

Esta relação entre grandes indústrias e pequenos agricultores, por um lado permite uma alta produtividade da terra para os agricultores (como vimos em relação aos retornos que o fumo por área plantada quando comparados com o milho, por exemplo) e dá certa estabilidade e segurança através de contratos firmados que garantem a venda da produção. Por outro lado, é seguro afirmar que os agricultores são o elo mais frágil dessa cadeia, pois oferecem terra e mão-de-obra, que são abundantes e baratos para a indústria, e não possuem outras maneiras de retirar da terra sua subsistência que não vinculada à indústria fumageira.

A distribuição da renda do setor fumageiro, segundo DESER (2010), é extremamente favorável ao governo e desfavorável ao agricultor. Em 2009, o faturamento do setor foi de pouco mais de 16,9 bilhões de reais, dos quais 8,4 bilhões ficam com o governo (via impostos e tributos), 0,9 bilhões com os varejistas, 3 bilhões com a indústria e 4,5 bilhões com os agricultores, o que representa cerca de 26,8% do faturamento total. Entretanto, quando analisamos a margem líquida, que desconta os custos de produção, a participação dos agricultores despenca para a menor dos quatro setores, conforme tabela abaixo.

Tabela 9: Distribuição da Margem Líquida do setor fumageiro no ano de 2009.

<b>Segmento</b>	<b>Margem Líquida (em R\$ milhões)</b>	<b>Participação (em %)</b>
Governo	8.426	75,95
Indústria	1.054	9,50
Varejista	933	8,41
Produtor	680	6,14
<b>Total</b>	<b>11.094</b>	<b>100</b>

Fonte: DESER (2010).

Dessa maneira, a relação entre indústrias e pequenos agricultores é hierarquizada na tomada de decisões a respeito da produção. A agricultura da região parece estar totalmente subordinada ao capital internacional, e utilizando palavras de Xavier da Silva (2002): “Talvez se incorra em exagero, mas a produção do tabaco se parece com um serviço terceirizado da indústria. Hoje, mesmo havendo flexibilidade na troca de empresa que compra a solanácea do produtor, o que é conveniente para a primeira, a mudança não tira o produtor da dependência do capital e do poder de barganha do capital industrial”.

Procuramos contextualizar neste capítulo o recorte espacial selecionado para o estudo, sua formação histórica e especificidades; apresentar brevemente o fumo e o histórico de sua consolidação no Brasil e na região e traçar o estado que hoje se encontra a intersecção entre esse espaço regional altamente especializado e dependente e a produção do fumo em si. Conforme colocou Karnopp (2003), a produção e o processamento de tabaco é o principal organizador do espaço regional do Vale do Rio Pardo.

## 2 A ESPECIALIZAÇÃO EM DEBATE

O debate a respeito da especialização na Economia, e sua contrapartida a diversificação, é muito antigo e importante na história do pensamento econômico. Em primeiro lugar, é importante levantar qual o significado que este trabalho pretende adotar com o termo especialização, pois ele possui diferentes interpretações possíveis e todas elas têm sua lógica e aplicação para o presente trabalho.

A especialização pode ser entendida tanto como o domínio de determinada função, com alto padrão de qualidade e eficiência quanto pode ser entendida como uma exclusividade (ou quase) de produção de apenas um produto, serviço ou tipo de produto. Essas duas definições, apesar de evidentemente diferentes entre si, não concorrem. Ao contrário, elas se complementam. Uma comunidade, ou região geográfica, como o Vale do Rio Pardo, com um alto grau de especialização em um produto, como o tabaco, acaba por adquirir competências e padrões de excelência evidentemente superiores aos de algum lugar onde a produção seja pequena ou esporádica. Igualmente, a obtenção de certo padrão superior de qualidade, permite com que aquele produto seja mais produzido naquela região ou comunidade do que nas demais.

Esse padrão semântico adotado vai ao encontro da medida de especialização escolhida para o trabalho, o Quociente Locacional. O QL, que será discutido em detalhes no terceiro capítulo, nos mostrará o quanto uma região é economicamente especializada por ser uma medida que mostra o quanto ela se dedica a certo produto e o quanto ela abre mão de outros para ele.

O presente capítulo pretende apresentar uma resumida revisão do debate de especialização e diversificação na teoria econômica, começando nos clássicos e procurando chegar ao final nos motivos que nos permitem escolher o QL como instrumento de mensuração da especialização da região.

### 2.1 OS CLÁSSICOS: SMITH E RICARDO

A especialização foi um ponto relevante no trabalho de Adam Smith. No clássico “Riqueza das Nações”, uma das obras fundamentais da ciência econômica, Smith discorre sobre a economia capitalista e as características que levam a

produção de riquezas. Smith trata, entre outras coisas, da divisão do trabalho e das vantagens da produção em larga escala sobre a produção em pequena escala e isso nos interessa particularmente, pois é um ponto de partida essencial da discussão da especialização.

Logo no primeiro capítulo do primeiro tomo da obra, Adam Smith traz a discussão da divisão do trabalho (utilizando a famosa metáfora da fábrica de alfinetes) e seus benefícios para a economia. A divisão do trabalho segundo Smith, ou para o nosso interesse a especialização de uma atividade em um trabalhador (que poderia ser extrapolada para uma fábrica ou região), aumenta a produção, pois permite uma maior destreza técnica, uma otimização do tempo de produção e o aparecimento de máquinas que facilitam aquele trabalho altamente especializado.

Paiva (2006) assinala que a argumentação pró-especialização de Smith pode ser resumida em três partes ou momentos subsequentes: as vantagens decorrentes das escalas superiores de produção; o fato de que a produção em larga escala acaba excedendo as necessidades do mercado interno; e a consequência que na troca de seus excedentes, todas as comunidades especializadas se beneficiam, pois nenhuma individualmente disporia de todos os recursos necessários para produzir tudo em larga escala.

Amaral (2011) lembra que Smith foi o autor da chamada “Teoria das Vantagens Absolutas” onde o autor defende que cada país deveria tentar produzir aqueles bens nos quais possui vantagens de custos em relação a outros países. Essa teoria de Smith também coloca que é mais vantajoso para um país se focar nos produtos onde possui vantagem no comércio internacional e deixar para adquirir os produtos os quais não tem vantagem de outros países. Considerando um modelo onde a tecnologia está acessível para todos e há livre circulação de fatores, é uma tônica em toda a escola clássica que as trocas representam vantagens para todos os envolvidos.

Ainda na escola clássica, considerado por muitos como o principal discípulo de Smith, David Ricardo se junta a ele na percepção de que as trocas internacionais entre comunidades especializadas é benéfica para ambas as partes. Ricardo tinha na agricultura um fator de preocupação, um limitador do desenvolvimento econômico. Escrito em uma época onde as técnicas agrícolas ainda não tinham se desenvolvido claramente de maneira a permitir a alimentação da nascente massa trabalhadora industrial, Ricardo se juntou a Malthus nas preocupações com o

excesso populacional e as limitações da agricultura em abastecer esse contingente com alimentos.

Ricardo enxergava a agricultura como um setor de rendimentos decrescentes, dado que a qualidade das terras cultiváveis ia sendo reduzido na medida em que a ampliação da produção demandava uma expansão nas plantações. BRUE (2006) salienta que, ao colocar o problema da agricultura nesses termos de renda decrescentes, Ricardo foi o primeiro economista a se ocupar do princípio marginal na produtividade.

Souza (2003) assinala que para Ricardo essa ocupação de terras cada vez piores deveria ser resolvida com um controle populacional e, aqui reside o nosso interesse, com a livre importação de alimentos para a classe trabalhadora. Ao analisar o comércio entre países, Ricardo revisou a visão de Smith de que cada país deve produzir os itens que tem vantagem. A “Teoria das Vantagens Relativas” adotada por esse autor diz que um país pode comerciar com outro mesmo que seja menos competitivo que aquele em todos os produtos, desde que consiga estabelecer uma eficiência relativa.

O exemplo clássico dado por Ricardo para explicar as vantagens relativas a serem adotadas nas trocas entre dois países é o de vinhos e tecidos sendo cambiados entre Portugal e Inglaterra.

Tabela 10: Teoria das Vantagens Relativas. Custo unitário de produção em horas/trabalho

	Vinho	Tecido
<b>Portugal</b>	8	9
<b>Inglaterra</b>	11	10

Fonte: Elaboração própria.

Na tabela acima, observa-se que Portugal possui vantagens comparativas em ambos os produtos em relação à Inglaterra, entretanto a teoria de Ricardo diz que cada país deveria se especializar em apenas um produto, aquele que lhe dá mais vantagens no comércio internacional. Se cada país produzir apenas internamente, e supondo que seja necessária uma unidade de cada produto para suprir a demanda, Portugal teria um custo de 17 horas/trabalho, enquanto a Inglaterra teria um custo de 21 horas/trabalho. Suponha agora que as trocas não têm nenhuma espécie de tarifa e que o intercâmbio é feito na taxa de uma unidade de vinho por unidade de tecido.

Neste caso, Portugal poderia produzir duas unidades de vinho, gastando 16 horas/trabalho ao invés de 17 e enviar um para a Inglaterra, recebendo uma unidade de tecido em troca. A Inglaterra, analogamente, também gastaria menos horas: 20 contra 21, para produzir duas unidades de tecido. Na verdade, produzindo aquele produto que tem a melhor vantagem relativa no comércio internacional, Portugal está gastando 8 horas (tempo produção do vinho) para adquirir o tecido que necessita, que produzido internamente levaria 9 horas.

Amaral (2006) diz que Ricardo justifica a troca internacional entre dois países ao passo que cada um se especializa naquele que tem vantagem relativa de produção. Esse é mais um passo teórico da escola clássica no sentido de justificar a especialização como algo benéfico para o conjunto de atores envolvidos.

## 2.2 COMPLEMENTANDO OS CLÁSSICOS: MARSHALL E NORTH

Diversos autores se apoiaram no legado dos trabalhos revolucionários de Smith e Ricardo e aprofundaram a argumentação clássica. Utilizando a preferência de Paiva (2006), que apontou que nestes se destacam Alfred Marshall e Douglass North, será feita uma revisão destes dois autores com o interesse detido em suas contribuições para o debate sobre as vantagens da especialização nas atividades econômicas.

O inglês Alfred Marshall, na obra *Princípios de Economia*, deu diversas contribuições à Ciência Econômica que acabaram por cimentar os primeiros princípios teóricos da microeconomia. Interessa-nos em especial o estudo que Marshall fez a respeito de distritos industriais da Inglaterra, buscando entender o porquê de empresas de mesmo setor se aglomeravam geograficamente. Quais as vantagens que a proximidade física com atores do mesmo mercado, muitas vezes concorrentes, poderia trazer para justificar a sua existência?

Segundo Garcia (2006), Marshall foi pioneiro ao observar que a concentração de firmas em um mesmo espaço geográfico dá vantagens competitivas que não seriam observadas se estas estivessem atuando isoladamente. O autor defende que, para Marshall, existem externalidades positivas que geram retornos crescentes em escala e incentivam a aglomeração.

Os motivos que levam a concentração geográfica inicial para Marshall, de acordo com Garcia (2006), podem ser as abundâncias de matérias primas naturais,

de fontes de energia, um sistema de transportes que favoreça o escoamento da produção ou ainda haver demanda na região para o produto produzido. Após esse estímulo inicial para a presença de determinados tipos de firmas produtoras na região, a existência de produtores especializados na região atrai novas firmas pela existência de alta especialização na divisão do trabalho entre elas, da criação de formas de organização da produção e da troca de informações e experiências que a integração geográfica e de atuação das firmas permite.

Seguindo a sistematização proposta por Garcia (2006), Marshall coloca três grandes tipos de externalidades positivas gerados pela especialização geográfica das firmas. Primeiro, a mão de obra especializada e qualificada que se junta à região e os mecanismos de treinamento dessa mão de obra que surgem na região. A segunda categoria é a da instalação de prestadores de serviços e produtores de bens para os produtores locais, que começam a se instalar na região, atraídos pela ocorrência de demanda para eles, o que tende a reduzir os custos das firmas originais. Por fim, a terceira categoria é a dos chamados “spill-overs” de tecnologia ou de conhecimento, ou seja, a já citada troca de informações e segredos industriais que acaba “transbordando” de uma firma e se espalhando para as demais, o que gera um processo de aprendizado para as firmas que caso elas estivessem instaladas isoladamente não aconteceria.

Ainda no mesmo campo teórico delimitado de aprofundamento das ideias clássicas de vantagens competitivas decorrentes da especialização, temos o economista americano Douglass North, laureado com o prêmio Nobel em 1993 por seu trabalho por ter, de acordo com o comitê do Nobel, “renovado a pesquisa em história econômica ao aplicar teoria econômica e métodos quantitativos à explicação de mudanças econômicas e institucionais”. North é principalmente lembrado por ter analisado o papel das instituições, e das mudanças institucionais e sua influência na Economia.

Gala (2003) salienta que a base do pensamento de North pode ser encontrada na análise que ele faz do relativo sucesso das economias do Ocidente, quando comparadas com outros lugares do mundo e momentos históricos. North percebeu na Europa Ocidental o desenvolvimento instituições que permitiram a obtenção de um crescimento econômico no longo prazo. Para North, as instituições que regulam o funcionamento da economia são mais importantes do que inovações

tecnológicas para as explicações histórico-econômicas. São elas que estão por trás da acumulação de capital.

No campo da especialização, interessa a leitura que North fez a respeito dos países subdesenvolvidos e de que maneira eles poderiam superar sua condição e trilhar o rumo do desenvolvimento econômico. Paiva (2006) chamou essa análise de Marshall de “take-off” da periferia capitalista, e segundo ele para o autor a produção e exportação agropecuárias são o fundamento desse ponto de partida.

Oliveira e Pereira (2011) sintetizam o pensamento de North ao afirmar que este é uma derivação das proposições de Adam Smith com a ampliação de que pauta exportadora de bens agrícolas é um fator fundamental para que uma economia periférica atinja um nível de desenvolvimento econômico, mercantil maior e passe a se urbanizar e industrializar. Esses autores corroboram a elaboração de Paiva (2006) e mostram que North defendia que a produção de um ou mais produtos agrícolas era o que fornecia o impulso inicial, a acumulação de capital, para uma expansão capitalista posterior.

Importante não confundir essa posição de Douglass North com uma defesa de que países periféricos apenas produzam e exportem alguns poucos produtos de baixo valor agregado. North percebia, inclusive, a importante diferença entre produzir com baixo uso de mão de obra, grandes plantações e crescimentos em escala altos e outro modelo que fosse baseado em pequenos produtores. A concentração de renda, no caso dos grandes produtores, não geraria a desejada demanda interna e os altos ganhos não incentivam o produtor a deixar o seu negócio de lado para, digamos, diversificar. Uma melhor distribuição de renda acarretaria em uma demanda por bens e serviços que poderiam ser produzidos internamente e não apenas importados.

### 2.3 A CEPAL E O PROBLEMA DA “PERIFERIA”

Uma importante contraposição ao argumento de North, da agropecuária como um estímulo a ser adotado nas economias capitalistas periféricas para a obtenção de um desenvolvimento econômico, é o da linha de pensamento da CEPAL. A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) aqui é entendida como uma escola de pensamento que entre outros expoentes intelectuais podemos

citar Celso Furtado e Raul Prebisch. Ela tem sua fundação teórica no estruturalismo e sua principal temática é o pensamento desenvolvimentista latino-americano.

Paiva (2006) chama essa de a grande real polêmica no campo da discussão teórica da especialização. Para ele, o pensamento da CEPAL contrapõe que os países centrais do capitalismo, por já terem passado pelo processo de acumulação e industrialização acabam delegando, via divisão internacional do trabalho, apenas produtos secundários para os países capitalistas periféricos, o que gera uma especialização desqualificada e não permite que estes se desenvolvam da mesma maneira.

Bielschowsky (2011) corrobora com essa visão, e diz que o pensamento da CEPAL repousa no conceito de que, na periferia capitalista, acaba ocorrendo uma especialização inadequada e de baixa diversidade produtiva. A inadequação dessa especialização, segundo o autor, se verifica por uma falta de complementariedade setorial e integração vertical insuficiente. As condições inadequadas de crescimento na periferia, em contraste com aquelas dos países centrais, demandariam por estratégias de intervenção do Estado, que buscassem viabilizar um melhor modelo de crescimento.

Uma industrialização via substituição de importações foi um tema recorrente na CEPAL, e segundo Braga (2013) a integração regional cumpria um papel importante para essa escola de pensamento. O autor também aponta que a CEPAL tinha uma visão positiva da especialização que remetia ao pensamento dos clássicos, a partir do aproveitamento de maiores escalas produtivas. Braga também salienta que a visão “cepalina” alerta que a especialização de bens primários, face ao mercado internacional como é configurado, acaba gerando numa baixa elasticidade-renda dos produtos primários exportados pela periferia. A inovação tecnológica que ocorre nos países centrais, fruto do seu maior desenvolvimento, permite que eles criem ferramentas para substituir os produtos dos países periféricos. Nesse contexto, os benefícios da especialização deveriam ser buscados dentro da integração econômica regional da América Latina.

Por fim, em Corazza (2006) mais uma vez é visto o contraste entre a noção de que a especialização por si só é benéfica e o pensamento “cepalino” de que a especialização em produtos primários nos países periféricos não é benéfica para os mesmos. Para o autor, a dicotomia centro-periferia utilizada pela CEPAL se contrapõe ao pensamento “ricardiano” de que a especialização poderia gerar uma

profusão do progresso técnico naqueles países que se especializassem. Nos países capitalistas periféricos, a industrialização espontânea não seria possível, em virtude das dificuldades estruturais e de inserção no cenário internacional desses países. Os ganhos de produtividade dos países centrais não são devidamente apropriados pelos periféricos, e a solução estaria em um desenvolvimento econômico voltado para o desenvolvimento do mercado interno, com a substituição de importações e o envolvimento do Estado como agente fomentador.

#### 2.4 MARKOWITZ E AS VANTAGENS DA DIVERSIFICAÇÃO

Uma polêmica que surge no âmbito da discussão teórica a respeito da especialização é a de que a diversificação produtiva seria preferível por ser mais eficiente e menos arriscada. Essa visão está baseada principalmente no trabalho teórico do economista norte-americano Harry Max Markowitz. Laureado com o prêmio Nobel em 1990, o âmago do trabalho de Markowitz foi demonstrar que a diversificação de um portfólio inicial de investimentos levava a um resultado superior por pulverizar o risco de variações abruptas de um ou alguns dos ativos.

Essa noção consagrada por Markowitz é, em termos mais simples, a parábola de não colocar todos os ovos no mesmo cesto, pois se aquele cesto cair, todos os ovos irão quebrar. Um determinado grupo de ativos financeiros ou investimentos produtivos tem um risco a ele associado, e quando esse risco é pulverizado a partir da diversificação, o que se observa é que no longo prazo os resultados são mais positivos. Esse maior retorno dos investimentos advém da segurança proporcionada pela não total vulnerabilidade a alguma grande depressão ou crise em um setor.

Uma importante referência a ser feita nesse debate é a de Breitbach (2005). A autora, analisando duas regiões industriais do Rio Grande do Sul, defende argumentos em favor da diversificação da estrutura produtiva e procura mostrar, na trajetória das duas regiões enfrentando um momento de crise, que aquela na qual há um alto grau de especialização os efeitos da crise são muito mais severos do que naquela onde há uma maior diversificação produtiva.

Breitbach (2005) reconhece que a especialização é um tema presente na maior parte das discussões teóricas e abordagens a respeito do desenvolvimento regional. Entretanto, a autora salienta que essa não é a única maneira de encarar a questão e chama a atenção para a alta integração que existe hoje no mercado

mundial. Esse mercado internacional possui um comportamento extremamente errático, onde as oscilações são constantes e se espalham rapidamente. Uma estrutura produtiva industrial (no caso de estudo da autora, mas que pode ser extrapolado para casos não industriais) diversificada está mais apta a enfrentar esse tipo de cenário.

Uma crise em determinado setor pode significar que a mão-de-obra e outros recursos produtivos sejam absorvidos por outro setor vizinho. Dessa forma, a crise que poderia ter força catastrófica se a região fosse especializada naquele setor em crise, acaba se adaptando e sobrevivendo à crise. Em seu trabalho, a autora termina comprovando que sim, aquelas regiões em que há a diversificação, o desempenho econômico em crises e no longo prazo é muito mais estável e leva a resultados superiores.

## 2.5 UMA SÍNTESE CONTEMPORÂNEA

Ao analisar a trajetória da discussão teórica a respeito da especialização na Economia, Paiva (2006) defende que a única polêmica real neste debate diz respeito à teoria da CEPAL e seu entendimento da existência de países centrais e periféricos e da necessidade da especialização levar em conta a trajetória capitalista pregressa para que os periféricos foquem em produtos que de outra maneira ficariam destinados apenas aos centrais.

Para Paiva, a crítica da especialização utilizando as vantagens da diversificação como argumento, com sua âncora teórica no trabalho de Markowitz, alimenta uma falsa polêmica no âmbito do desenvolvimento regional. O autor reconhece as questões de risco associadas à especialização, e a validade formal do discurso de que a diversificação é sim melhor para o desempenho quando analisada num contexto puramente teórico. Entretanto, o que Paiva defende é que é necessário analisar também a viabilidade de se adotar essa estratégia no mundo real do desenvolvimento regional de uma premissa que é adequada para mercados financeiros.

A questão que Paiva apresenta é que toda a teoria clássica que mostrou as vantagens da divisão do trabalho e da maior produtividade associada às grandes escalas não pode ser negada. Além disso, o próprio Douglass North, que aprofunda a visão dos clássicos, já percebia na gênese de uma diversificação como algo

positivo. A grande diferença que Paiva salienta é que a diversificação não deve ser tomada como um ponto de partida para o desenvolvimento regional e sim como um objetivo a ser alcançado. Uma economia subdesenvolvida não deve, e nem consegue, superar a sua condição atacando o problema em diversas frentes ao mesmo tempo. É esperado que ela começasse com uma especialização grande em um setor que lhe favoreça no cenário competitivo dos mercados.

Por fim, Paiva defende que a especialização não pode ser confundida com monocultura. Uma “multiespecialização”, ou seja, a produção de alguns produtos com a eficiência de quem produz de maneira especializada é a tendência que acaba sendo atingidas por países desenvolvidos. As economias subdesenvolvidas, por outro lado, são divididas em dois grupos: aquelas que acabam em uma “monoespecialização” que serve de satélite para o mercado internacional (como alertava a CEPAL); ou que são totalmente isoladas e alheias ao mercado, ficando estagnadas.

Discorreremos nesse capítulo sobre o debate teórico que existe na ciência econômica a respeito da especialização. A partir da revisão dos clássicos, com Smith e Ricardo, começamos a perceber as vantagens associadas a ela. As contribuições posteriores dos autores que se alimentam diretamente dos clássicos e procuram os aprofundar também foram analisadas, pegando os casos de Marshall e North.

A percepção, a partir da escola da CEPAL, de que existe uma hierarquia dentro do capitalismo internacional que precisa ser levada em conta ao definir as estratégias de desenvolvimento foi discutida brevemente, e a crítica da especialização que utiliza as vantagens da diversificação como base foi explorada.

Por fim, adotamos a visão de Carlos Paiva, que percebe na diversificação não a maneira de superar uma condição de subdesenvolvimento, mas uma meta a atingir para alcançar o desenvolvimento. E para tanto, aproveitar-se das vantagens já estudadas da especialização é algo necessário.

Conforme discutido no início, a especialização é um termo que remete tanto à qualidade com que se executa determinada função, como a ausência de execução de outras funções (ou de diversificação). No próximo capítulo discutiremos a medida econômica adotada neste trabalho para medir a especialização, e porque ela foi escolhida. Por fim, voltamos ao nosso objeto, o COREDE Vale do Rio Pardo e

calculamos o QL da região para o fumo, visando demonstrar a pertinência do estudo da importância desse produto para essa região com grande grau de especialização.

### **3 MEDINDO A ESPECIALIZAÇÃO DO COREDE VALE DO RIO PARDO: O EXEMPLO DA FUMICULTURA**

Neste terceiro e último capítulo o presente trabalho buscará medir o quanto o COREDE Vale do Rio Pardo de fato é especializado no segmento econômico do fumo. Para tanto, a ferramenta econômica de mensuração escolhida foi o Quociente Locacional.

Na primeira parte do capítulo serão explicadas as razões da escolha do Quociente Locacional e sua fórmula de cálculo, bem como a interpretação dos possíveis resultados. Na segunda etapa será exposta a metodologia adotada e as origens dos dados.

A apresentação dos números calculados foi dividida em duas partes. Na terceira parte do capítulo será mostrado o QL Agrícola, utilizando os valores de produção, enquanto na quarta etapa ocorrerá a análise do QL Urbano, utilizando dados de emprego nas cidades.

#### **3.1 O QUOCIENTE LOCACIONAL**

O Quociente Locacional, abreviado neste trabalho algumas vezes como QL, é uma das medidas mais consagradas e de maior utilização na bibliografia de Economia Regional, desenvolvimento regional e nas análises de concentração e especialização em geral. Conforme pontuado por Paiva (2004), em pesquisas voltadas à identificação da estrutura econômica e potencialidade dos territórios, o QL é a medida de especialização regional mais utilizada.

O que é medido pelo Quociente Locacional é o quanto um setor da economia de uma região é maior ou menor do que aquele mesmo setor em outra região. Mais uma vez utilizando Paiva (2004), o autor pontua que o QL busca confrontar a participação relativa de um setor da economia de certa região com a participação relativa de outra região de referência, geralmente maior e que engloba a primeira região. Scherer e Moraes (2013) adotam a mesma linha geral e assinalam que o QL mostra a concentração relativa de uma determinada atividade numa região, comparada à participação da mesma atividade no Estado.

A fórmula de cálculo do Quociente Locacional, utilizando o estado do Rio Grande do Sul como referência (macrorregião) é dada conforme a figura abaixo.

Figura 4: Fórmula Geral do Quociente Locacional

$$QL = \frac{\frac{\text{Número de trabalhadores do setor Y na região X}}{\text{Número de trabalhadores da região X}}}{\frac{\text{Número de trabalhadores do setor Y no RS}}{\text{Número de trabalhadores do RS}}}$$

Fonte: Paiva (2004)

Conforme será mais detalhado na sessão de metodologia, essa foi a fórmula adotada para o cálculo do “QL Urbano” para os municípios do COREDE Vale do Rio Pardo. Alternativamente, para o cálculo do “QL Agrícola” utilizaremos do mesmo expediente utilizado por Paiva (2004), substituindo o emprego de trabalhadores pelo valor de produção, ao que o autor chamou de “pseudo-QL”, conforme figura abaixo.

Figura 5: Fórmula do Quociente Locacional da Agropecuária

$$QL = \frac{\frac{\text{Valor da produção da mercadoria agropecuária Y na região X}}{\text{VAB agropecuário da região X}}}{\frac{\text{Valor da produção da mercadoria agropecuária Y no RS}}{\text{VAB agropecuário do RS}}}$$

Fonte: Paiva (2004)

A alteração de emprego para valor de produção no caso agrícola se justifica pela maior disposição e confiabilidade dos dados a respeito do segundo. O emprego formal e informal no campo é muito mais difícil de ser medido e tem dados escassos e falhos, conforme Paiva (2004), muito por consequência da natureza das atividades serem sazonais, do fato do agricultor muitas vezes se dedicar a mais de uma cultura e pela informalidade muitas vezes observada nas relações trabalhistas.

O fato de o QL ser basicamente a razão entre duas participações relativas nos permite inferir que se o QL for menor do que 1, a concentração na região é menor do que no estado. Se o QL for igual a 1, a concentração na região é igual a do estado. Logicamente, se o QL for maior do que 1, a concentração na região é maior do que a do estado. Um QL que apresente, por exemplo, um valor igual a 2 significa que aquele setor possui naquelas atividades econômicas o dobro de participação do que o estado, 3 representaria o triplo e assim sucessivamente.

Uma possível armadilha ao uso do Quociente Locacional, alertada por Paiva (2004) é o de aplicá-lo para um setor econômico irrelevante para a macrorregião utilizada. Um exemplo utilizado pelo autor é o do setor de “construção, montagem e reparação de aeronaves”. Esse setor possuía apenas 61 trabalhadores assalariados em todo o estado do Rio Grande do Sul, dos quais 18 estariam empregados no município de Santa Maria. Ao calcular o QL desse setor para Santa Maria em relação ao Rio Grande do Sul, o autor chegou ao expressivo valor de 14,1. Ora, esse valor não indica que Santa Maria é extremamente especializada no setor de aeronaves em questão, mas foi um produto da baixa participação do setor no estado como um todo, que fez com que mesmo a pequena representação existente em Santa Maria (18 empregados) fosse suficiente para produzir um alto QL. Esse risco pode ser excluído desse trabalho, pois conforme foi estudado no primeiro capítulo, o setor do fumo é responsável por uma fatia extremamente considerável das exportações do estado, emprega um grande número de trabalhadores e tem um valor de produção alto. Portanto, o setor é grande e representativo na nossa macrorregião escolhida, o estado do Rio Grande do Sul.

### 3.2 METODOLOGIA

Neste trabalho, foi feita a opção de calcular dois Quocientes Locacionais diferentes para o Fumo no COREDE Vale do Rio Pardo. No primeiro, que chamaremos de QL Agrícola, analisaremos o valor de produção da agricultura do fumo. O segundo, aqui denominado QL Urbano, levará em conta o emprego formal nos municípios dos setores de beneficiamento das folhas de tabaco.

Para o QL Agrícola foram utilizados dados da Produção Agrícola Municipal, fornecidos pelo IBGE. Foram capturados os dados de valor de produção agrícola total e específica do fumo para todo o Estado e para cada um dos 23 municípios da

região, nos quatro anos mais recentes disponíveis: de 2009 até 2012. A vantagem de utilizar um intervalo de tempo para uma cultura agrícola como o fumo é que permite uma visão mais global, pulverizando eventuais valores que saíram exagerados em função de problemas climáticos, quebras de safra ou mesmo “super safras”.

O cálculo utilizou a fórmula já discutida na sessão anterior, sendo exatamente igual ao da Figura “Fórmula do Quociente Locacional da Agricultura”. Para o cálculo do total do COREDE Vale do Rio Pardo foi somado o valor de produção de fumo de todos os 23 municípios e o valor de produção agrícola total de todos os municípios e eles foram ponderados sobre a produção estadual seguindo a mesma fórmula acima. Dessa forma, o peso relativo de cada município ficou respeitado.

O QL Urbano foi calculado utilizando dados compilados e organizados pela FEE. Estes por sua vez vieram do Ministério do Trabalho e Emprego através da Relação Anual de Informações Sociais, a RAIS. A FEE organizou os dados de número de trabalhadores por setor em cada município e calculou o QL de cada setor conforme a fórmula da Figura “Fórmula Geral do Quociente Locacional”. Os dados de emprego analisados são do ano de 2009.

De posse dos dados de trabalhadores empregados em cada setor, a tarefa seguinte foi a seleção das atividades da classificação do Ministério do Trabalho que interessavam à pesquisa. Essa classificação do MTE divide as atividades em 642 possíveis categorias, e para o presente estudo interessam três delas: “Processamento Industrial do Fumo”; “Fabricação de Produtos do Fumo” e “Comércio Atacadista de Produtos do Fumo”.

O próximo passo foi isolar os 23 municípios do COREDE Vale do Rio Pardo dos demais para a elaboração dos dados. Todos os 23 municípios e a macrorregião de referência (o Rio Grande do Sul) tiveram as três categorias acima mencionadas somadas para juntas formar o emprego do setor do fumo. A partir desses dados foi calculado o Quociente Locacional Urbano do fumo para todos os municípios da região.

Por fim, foi calculado, assim como no QL Agrícola, um QL agregado para todo o COREDE, somando o emprego do setor do fumo e total de todos os municípios e ponderando essa soma com as somas totais do estado.

### 3.3 QL AGRÍCOLA DO FUMO NO COREDE VALE DO RIO PARDO

Inicialmente, a Tabela 11 mostra os valores de produção total do setor agrícola e do fumo em todos os municípios e no Rio Grande do Sul na tabela abaixo. Foram compilados dados dos anos de 2009 até 2012. Estes são os valores que permitirão chegar ao cálculo dos Quociente Locacionais Agrícolas.

Tabela 11: Valor de Produção Agrícola nos Municípios do COREDE Vale do Rio Pardo de 2009 até 2012

Município	Valor de Produção Agrícola (em milhares de reais)							
	2009		2010		2011		2012	
	Total	Fumo	Total	Fumo	Total	Fumo	Total	Fumo
Rio Grande do Sul	16.562.919	2.217.517	16.866.437	1.997.290	19.683.813	2.599.900	16.136.892	2.301.668
Arroio do Tigre - RS	113.057	76.833	102.870	78.780	103.853	77.198	105.665	78.249
Boqueirão do Leão - RS	42.206	38.304	43.233	38.874	60.456	56.544	39.699	36.394
Candelária - RS	186.713	111.436	149.003	91.771	185.899	112.443	184.876	110.484
Encruzilhada do Sul - RS	25.252	5.460	29.149	5.525	30.493	6.500	32.239	4.857
Estrela Velha – RS	42.225	12.473	36.508	13.417	47.954	17.846	38.307	15.809
General Câmara - RS	51.943	23.087	25.315	9.731	37.659	16.394	33.946	14.311
Herveiras – RS	17.909	15.664	23.556	21.542	30.281	27.676	20.712	17.331
Ibarama – RS	27.863	22.857	27.994	22.336	34.332	26.730	27.601	22.242
Lagoa Bonita do Sul - RS	30.707	25.924	22.528	17.945	32.362	27.090	31.019	26.371
Mato Leitão – RS	6.166	2.772	7.394	3.465	6.778	2.750	6.501	2.700
Pantano Grande - RS	27.759	293	31.058	100	40.810	190	40.814	48
Passa Sete – RS	40.720	33.037	33.460	26.657	49.960	41.861	43.197	36.754
Passo do Sobrado - RS	31.835	23.919	43.076	32.607	66.932	53.856	43.474	27.576
Rio Pardo – RS	141.641	42.750	153.058	48.195	183.825	59.535	179.053	50.513
Santa Cruz do Sul - RS	110.283	78.363	115.477	91.806	152.672	124.800	104.907	74.844
Segredo – RS	54.353	43.714	53.458	42.328	59.473	45.408	51.770	40.073
Sinimbu – RS	50.524	41.538	49.674	41.086	71.764	61.490	61.694	38.327
Sobradinho – RS	25.300	20.044	23.913	19.014	31.021	24.701	29.252	23.494
Tunas – RS	23.138	13.256	21.143	12.429	28.633	17.028	12.979	10.126
Vale Verde – RS	29.411	14.088	21.877	8.950	25.596	11.924	30.871	11.729
Vale do Sol – RS	90.893	69.960	90.063	70.525	135.813	113.789	109.176	77.232
Venâncio Aires - RS	173.726	118.440	191.253	143.344	254.054	193.936	228.296	151.659
Vera Cruz – RS	69.959	52.311	60.424	50.641	100.750	82.680	73.143	57.834
<b>COREDE Vale do Rio Pardo</b>	<b>1.413.583</b>	<b>886.523</b>	<b>1.355.484</b>	<b>891.068</b>	<b>1.771.370</b>	<b>1.202.369</b>	<b>1.529.191</b>	<b>928.957</b>

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

De posse destes dados, foi construída a Tabela 12 abaixo com os resultados dos Quocientes Locacionais Agrícolas para o Fumo no COREDE Vale do Rio Pardo.

Tabela 12: Quociente Locacional Agrícola do Fumo nos municípios do COREDE Vale do Rio Pardo de 2009 até 2012.

Município	Quociente Locacional			
	2009	2010	2011	2012
Arroio do Tigre - RS	5,08	6,47	5,63	5,19
Boqueirão do Leão - RS	6,78	7,59	7,08	6,43
Candelária - RS	4,46	5,20	4,58	4,19
Encruzilhada do Sul - RS	1,61	1,60	1,61	1,06
Estrela Velha – RS	2,21	3,10	2,82	2,89
General Câmara - RS	3,32	3,25	3,30	2,96
Herveiras – RS	6,53	7,72	6,92	5,87
Ibarama – RS	6,13	6,74	5,89	5,65
Lagoa Bonita do Sul - RS	6,31	6,73	6,34	5,96
Mato Leitão – RS	3,36	3,96	3,07	2,91
Pantano Grande - RS	0,08	0,03	0,04	0,01
Passa Sete – RS	6,06	6,73	6,34	5,97
Passo do Sobrado - RS	5,61	6,39	6,09	4,45
Rio Pardo – RS	2,25	2,66	2,45	1,98
Santa Cruz do Sul - RS	5,31	6,71	6,19	5,00
Segredo – RS	6,01	6,69	5,78	5,43
Sinimbu – RS	6,14	6,98	6,49	4,36
Sobradinho – RS	5,92	6,71	6,03	5,63
Tunas– RS	4,28	4,96	4,50	5,47
Vale Verde – RS	3,58	3,45	3,53	2,66
Vale do Sol – RS	5,75	6,61	6,34	4,96
Venâncio Aires - RS	5,09	6,33	5,78	4,66
Vera Cruz – RS	5,58	7,08	6,21	5,54
<b>COREDE Vale do Rio Pardo</b>	<b>4,68</b>	<b>5,55</b>	<b>5,14</b>	<b>4,26</b>

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do IBGE – Produção Agrícola Municipal (2008).

A agricultura do fumo da região do COREDE do Vale do Rio Pardo tem Quociente Locacionais bastante altos. Praticamente todos os municípios possuem um QL maior do que um, com exceção de Pantano Grande, o que indica que eles têm uma concentração de produção de fumo maior do que do resto do estado.

Durante o período de quatro anos que é englobado pela tabela, o Quociente Locacional variou entre 4,26 e 5,55. Essa variação pode ser atribuída ao caráter

muito variável da produção agrícola, sujeita a secas e safras bem ou mal sucedidas. Não só o fumo, mas o resultado das outras culturas em outras regiões do estado

influencia o valor calculado, pois como já visto anteriormente o valor total produzido pela agricultura em todo o estado é um dos parâmetros de cálculo.

Uma média aritmética simples dos quatro anos aponta para um QL médio da região de 4,91. Isso indica que, durante esses quatro anos, a concentração de produção de fumo foi, em média, praticamente o quádruplo do que o observado em todo o estado.

Chama a atenção o fato de que, com a ressalva da exceção de Pantano Grande, todos os municípios tem QL Agrícola bastante alto no período observado. Fica bem claro que a produção agrícola de fumo é uma tônica em toda a região. Podem-se destacar os municípios de Boqueirão do Leão e Herveiras, onde o QL ultrapassou o índice 7 no ano de 2010 e também em 2011 no caso apenas do segundo. Mesmo municípios com maior população urbana e economia voltada para os setores secundário e terciário como Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires apresentaram um alto valor de QL, quase sempre acima de 5. Outros dois municípios de maior população da região, Encruzilhada do Sul e Rio Pardo, apresentaram um valor um pouco mais baixo de QL, mas mesmo assim sem jamais diminuir de 1, o que indica uma concentração maior que no resto do estado.

### 3.4 QL URBANO DO FUMO NO COREDE VALE DO RIO PARDO

O fato da variável de cálculo do Quociente Locacional Urbano ser o emprego formal urbano (conforme dados da RAIS) traz junto consigo um problema. Os empregos formais no setor do fumo são eminentemente industriais, de processamento e beneficiamento da folha. É claro que nem todos os 23 municípios do COREDE possuem em seus limites indústrias que empregam funcionários dessa maneira em seus centros urbanos. Apenas os maiores municípios acabam concentrando, justamente por sua oferta de mão de obra, as pequenas indústrias. Por isso, em um primeiro momento foi analisada a Tabela 13, com dados absolutos do número de trabalhadores empregados. A partir dela, desconsideraremos aqueles municípios onde o número de trabalhadores for zero.

Tabela 13: Emprego Total e no Setor do Fumo nos Municípios do COREDE Vale do Rio Pardo

Municípios	Emprego Total	Emprego no Setor do Fumo
<b>Rio Grande do Sul</b>	<b>2602320</b>	<b>6996</b>
Arroio do Tigre	1519	0
Boqueirão do Leão	473	0
Candelária	3695	27
Encruzilhada do Sul	2809	0
Estrela Velha	277	0
General Câmara	624	0
Herveiras	172	0
Ibarama	237	0
Lagoa Bonita do Sul	106	0
Mato Leitão	1495	0
Pantano Grande	1553	4
Passa Sete	216	0
Passo do Sobrado	529	0
Rio Pardo	3734	37
Santa Cruz do Sul	34479	3545
Segredo	325	0
Sinimbu	679	0
Sobradinho	2164	25
Tunas	67	0
Vale Verde	233	0
Vale do Sol	863	0
Venâncio Aires	12553	1104
Vera Cruz	3360	292
<b>COREDE Vale do Rio Pardo</b>	<b>72162</b>	<b>5034</b>

Fonte: MTE – RAIS (2009).

A partir da retirada, para fins práticos, dos 16 municípios com emprego urbano zero no setor do fumo, vão nos restar justamente as maiores cidades da região como Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Vera Cruz, Rio Pardo, etc. Os 16 municípios com número absoluto zero de trabalhadores também apresentarão um Quociente Locacional igual a zero. Porém, o peso relativo dessas localidades não será suficiente para diminuir a força do QL do COREDE Vale do Rio Pardo como um todo, como veremos a seguir. Uma pista já bastante clara da concentração do emprego urbano na região já pode ser observada na tabela anterior: dos quase 7 mil empregos de todo o estado, mais de 5 mil encontram-se no COREDE.

Tabela 14: Quociente Locacional Urbano do Fumo nos Municípios do COREDE Vale do Rio Pardo no Ano de 2009.

<b>Municípios</b>	<b>Quociente Locacional</b>
<b>Candelária</b>	2,72
<b>Pantano Grande</b>	0,96
<b>Rio Pardo</b>	3,69
<b>Santa Cruz do Sul</b>	38,24
<b>Sobradinho</b>	4,30
<b>Venâncio Aires</b>	32,71
<b>Vera Cruz</b>	32,33
<b>COREDE Vale do Rio Pardo</b>	25,95

Fonte: Elaboração própria, utilizando dados do MTE – RAIS (2009).

Nesta tabela os valores apurados são bastante expressivos. Os três municípios que sozinhos concentram mais de metade da mão de obra do setor do fumo do estado do Rio Grande do Sul apresentam QL acima de 30: Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz. Este é um valor indicativo da presença de indústrias de beneficiamento de fumo nesses três municípios.

Entre as três principais empresas fumageiras, que segundo DESER (2010) concentram fortemente o mercado do fumo em folha, duas delas a Universal Leaf Tabacos e a Souza Cruz possuem indústria em Santa Cruz do Sul. Ainda segundo o DESER (2010), a capacidade de produção da Souza Cruz de Santa Cruz do Sul é de até 120 mil toneladas de fumo por ano. Já a Universal Leaf deve ampliar ainda mais as suas operações no município, pois anunciou para a imprensa que estará encerrando suas atividades em Joinville (SC) e centralizando-as na unidade do Vale do Rio Pardo.

A maior empresa do setor no mundo, a Phillip Morris, passou a ter também uma grande participação recentemente no município de Santa Cruz. Segundo seu próprio site, cerca de 1600 trabalhadores estão empregados em sua unidade industrial que produz cigarros de marcas renomadas como Marlboro e Dallas.

A outra das três grandes empresas apontadas por DESER (2010) é a Alliance One, e esta possui indústria em Venâncio Aires. Ainda de acordo com a mesma publicação, no ano de 2009 aproximadamente 95% da sua produção, ou 130 mil toneladas de tabaco, foram destinadas à exportação, o que a tornou a maior empresa exportadora de tabaco do estado.

Os números deixam claro que, no que tange à mão de obra urbana, o COREDE Vale do Rio Pardo é altamente especializado no setor do fumo. Os principais municípios têm QL acima de 30, e a média do COREDE, calculada com base no total de trabalhadores da região, é puxada por eles para um valor acima de 25.

Durante esse capítulo buscamos medir a especialização que a região COREDE Vale do Rio Pardo possui no setor do tabaco. Para tanto, em primeiro lugar foi discutida a ferramenta de mensuração escolhida: o Quociente Locacional. Na exposição, foi exposto o uso corrente dele na teoria econômica e sua validade para o objetivo proposto. A fórmula do QL, e sua alteração para atender ao setor agrícola, bem como uma possível armadilha de interpretação foram apresentadas.

Na segunda parte do capítulo, foi discutida a metodologia de obtenção e tratamento dos dados para o cálculo de cada um dos dois QL que foram calculados: o Agrícola e o Urbano.

O QL Agrícola demonstrou que as plantações de tabaco são uma constante em praticamente todos os municípios da região, com a atividade primária se espalhando por todo o território regional. No agregado do COREDE todo, considerando uma média dos quatro anos analisados (sob o pretexto de evitar flutuações climáticas radicais), o QL ficou praticamente igual a 5.

O QL Urbano apresentou resultados ainda mais contundentes. Os municípios mais populosos da região são extremamente especializados, com Quociente Locacionais acima de 30. No agregado, a região ficou acima de 25, um valor extremamente expressivo da importância do fumo para a região.

Ao analisar não apenas o valor de produção da agricultura, mas também o emprego urbano, conseguimos afastar qualquer sombra de dúvida que pudesse pairar sobre a alta especialização da região. Se, por um lado, o campo da região produz o fumo em grandes quantidades, por outro, os grandes centros urbanos processam essa produção em ainda maior grau de concentração. O fato de ambos os setores primário e secundário serem especializados junto com os demais dados colhidos na pesquisa, apontam para um encadeamento da produção.

Este potencial produtivo da região se formou graças ao histórico de formação da região, seu clima, relevo e presença de indústrias desde o início do século XX. Uma região altamente especializada sempre atinge esse patamar por ter vantagens

competitivas ou comparativas em relação a outras regiões, e é isso uma das faces do que estes altos valores de Quociente Locacionais mostram: o quanto o COREDE Vale do Rio Pardo tem vantagens nesse setor da economia. Por outro lado, a especialização sempre traz riscos, e o setor do tabaco é um setor constantemente ameaçado por políticas de saúde pública. A dependência econômica em uma região pode se tornar um fator negativo em caso de crise no setor, e a alta quantidade de empregos e famílias dependendo dessa cadeia produtiva como meio de subsistência deve também ser medida pelas políticas públicas sociais e econômicas.

## CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar a importância que a atividade econômica da fumicultura tem para a economia da região do COREDE Vale do Rio Pardo. A coleta de dados e revisão bibliográfica permitiu inferir que a região é fortemente influenciada pelo setor primário e, dentro deste, as plantações de tabaco tem papel protagonista. Também o setor industrial é altamente especializado no beneficiamento da planta, e coordena de forma hierarquizada a maneira como o campo deve produzir. O capital internacional é, sem dúvidas, o grande mandatário desse setor econômico, e os pequenos agricultores possuem uma relação de dependência e subordinação com as grandes indústrias.

O debate acerca da especialização na teoria econômica foi abordado, buscando entender os eventuais benefícios e desvantagens deste tipo de concentração. Ao percorrer as discussões desde os clássicos até os autores mais atuais, chega-se a conclusão que a especialização tem sim um papel positivo, ao permitir ganhos de escala e o surgimento de conhecimento e/ou mão de obra qualificada. Entretanto, a diversificação econômica deve ser uma meta a ser atingida por uma região que busca se desenvolver, pois permite uma maior segurança frente ao volátil mercado internacional e atinge resultados melhores no longo prazo.

Finalmente, foram analisados os números dessa especialização em fumo utilizando a ferramenta do Quociente Locacional. Foi possível perceber que toda a região é altamente especializada na produção agrícola de tabaco e que as principais cidades da região, como Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, têm alto grau de concentração também no setor industrial de beneficiamento. Essa alta especialização nas duas frentes permite perceber que também há um alto encadeamento na economia da região, com produtores rurais integrados à indústria, produzindo para a segunda, sob a liderança dela. Por outro lado, é preocupante a grande quantidade de famílias que dependem economicamente do fumo no campo e o alto emprego industrial na cidade, pois em caso de crise no setor, uma parcela expressiva da economia da região seria atingida.

## REFERÊNCIAS

AFUBRA – Associação dos Fumicultores do Brasil. **Perfil do Fumicultor**. Disponível em <<<http://www.afubra.com.br/index.php/home>>>. Acesso em 27/10/2013.

AMARAL, Marina A. A. G. **A evolução da especialização tecnológica da economia e das exportações portuguesas, desde os anos 1960 até o momento actual, face a um conjunto de oportunidades e desafios**. Dissertação mestrado, Lisboa, 2011.

BCB – Banco Central do Brasil. **Economia Gaúcha: estrutura produtiva e evolução recente**. Disponível em: <[http://www.bcb.gov.br/pec/bole\\_timregional/port/2013/04/br201304\\_b2p.pdf](http://www.bcb.gov.br/pec/bole_timregional/port/2013/04/br201304_b2p.pdf)>. Acesso em 09/10/2013

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Prebisch e Furtado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2011. Disponível em <<<http://www.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2012/09974b.pdf>>>

BRAGA, Márcio B. **Integração Econômica Regional na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL**. Disponível em <<<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101161.pdf>>> Acesso em 26/10/2013.

BREITBACH, Áurea C. M. Entre especialização e diversificação industrial: por um desenvolvimento regional durável. **Perspectiva econômica on line**, v.1, n.2, p. 1-30, jul./dez. 2005.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

CORAZZA, Gentil. O “regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006.

DESER – Departamento de Estudos Sócio Econômicos Rurais. **Tabaco: da produção ao consumo, uma cadeia de dependência**. Curitiba: DESER, 2010.

DESER. **Tabaco, desenvolvimento e pobreza**. Curitiba: DESER, 2012.

FAO – FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. Faostat: food and agricultural commodities production. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/>>. Acesso em 09/10/2013.

FEE – Fundação de Economia e Estatística. **COREDE Vale do Rio Pardo**. Disponível em <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_COREDEs\\_detalhe.php?COREDE=Vale%20do%20Rio%20Pardo](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_COREDEs_detalhe.php?COREDE=Vale%20do%20Rio%20Pardo)>. Acesso em 09/10/2013

FEEDADOS. Disponível em <<[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/data\\_criacao.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/data_criacao.asp)>>. Acesso em 27/10/2013.

FEEDADOS. **PIB Municipal RS – 2010.** Disponível em <[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_pib\\_municipal\\_destaque.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_destaque.php)>. Acesso em 09/10/2013

GALA, Paulo. A Teoria Institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**, v. 23, n. 2, abr-jun 2003.

GARCIA, Renato. Economias Externas e Vantagens Competitivas dos Produtores em Sistemas Locais de Produção: as visões de Marshall, Krugman e Porter. **Revista Ensaios FEE**, v.27, n.2, Nov 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010.** Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 09/10/2013

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal.** Disponível em <<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp?o=24&i=P>>>. Acesso em 02/11/2013.

IBGE. Censo agropecuário IBGE 2006. Rio de Janeiro: IBGE. 2006. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/ca/default.asp?o=2&i=P>>. Acesso em 09/10/2013

KARNOPP, Erica. **Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável:** O caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil). 2003

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira por Município.** Disponível em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sistema/balanca/>>. Acesso em 09/10/2013

MTE - MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **RAIS** (Relação Anual de Informações Sociais) 2009. Disponível em <<http://sgt.caged.gov.br/XOLAPW.dll/pamLoginMTE?lang=0>> Acesso em 20/03/2011.

OBSERVADR - Observatório do Desenvolvimento Regional. **Vale do Rio Pardo.** Disponível em <<http://observadr.org.br/site/banco-de-dados-regionais/vale-do-rio-pardo/>>. Acesso em 09/10/2013.

OLIVEIRA, Guilherme de; PEREIRA, André da Silva. **O Diferencial de Desempenho Socioeconômico dos Municípios Gaúchos 1970-2000:** Evidências através da utilização de regressões quantílicas. Disponível em <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/2573/2917>>>. Acesso em 08/12/2013.

OLIVEIRA, Maria Aparecida. **Matriz regional-econômica para o estado do Paraná: nova regionalização e segmentos industriais representativos.**

Disponível em <<<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/e4-01.pdf>>>. Acesso em 27/10/2013.

PAIVA, Carlos Águedo. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região. **Documentos FEE**, n.59. Porto Alegre, 2004.

PAIVA, Carlos Águedo. Desenvolvimento regional, especialização e suas medidas. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, p. 89-102, jul. 2006.

PHILIP MORRIS INTERNATIONAL. **Brazil Country Overview**. Disponível em <<[http://www.pmi.com/marketpages/pages/market\\_en\\_br.aspx#](http://www.pmi.com/marketpages/pages/market_en_br.aspx#)>>. Acesso em 05/11/2013.

SCHERER, Josué G. S.; MORAES, Silvana L. **Análise locacional das atividades econômicas do estado do Rio Grande do Sul**. Disponível em <<[http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa11/Analise\\_Locacional\\_das\\_Atividades\\_Dinamicas\\_do\\_Estado\\_do\\_RS.pdf](http://www.fee.tche.br/sitefee/download/eeg/6/mesa11/Analise_Locacional_das_Atividades_Dinamicas_do_Estado_do_RS.pdf)>>. Acesso em 03/11/2013.

SCP-DEPLAN. **Atlas Socioeconômico Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/>>. Acesso em 09/10/2013.

SCP-DEPLAN. **Rumos 2015**: estudo sobre desenvolvimento regional e logística de transportes no Rio Grande do Sul/ SCP-DEPLAN; DCAPEP. Porto Alegre: SCP, 2006. 5 v.: tab.; gráf., mapas.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima et al. **Tabaco, sociedade e território**: relações e contradições no sul do Brasil. (S.C.): Edunisc, 2013.

SOUZA CRUZ S.A. **História do tabaco**. Disponível em <[http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU\\_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KPU?opendocument](http://www.souzacruz.com.br/group/sites/SOU_7UVF24.nsf/vwPagesWebLive/DO7V9KPU?opendocument)>. Acesso em 09/10/2013.

SOUZA, Nali de Jesus. **Curso de Economia**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

UNIVERSAL – Universal Corporation. **Operations**. Disponível em <<<http://www.universalcorp.com/Include/Menu-Operations.asp>>>. Acesso em 05/11/2013.

XAVIER DA SILVA, Leonardo. **Análise do complexo agroindustrial fumageiro sul-brasileiro sob o enfoque da economia dos custos de transação**. Tese doutorado UFRGS (2002).

**ANEXO I - Rubricas da balança comercial brasileira por município utilizadas para o cálculo de “exportação de fumo e assemelhados”**

- CIGARROS DE FUMO
- DESPERDICIOS DE FUMO
- FUMO MANUFATURADO,"HOMOGENEIZADO" OU "RECONSTITUIDO"
- FUMO N/MANUF.TOTAL/PARC.DESTAL.FLS.SECAS,ETC.VIRGINIA
- FUMO N/MANUF.TOTAL/PARC.DESTAL.FLS.SECAS,TIPO "BURLEY"
- FUMO N/MANUFAT.N/DESTAL.EM FLS.SECAS,ETC.TIPO TURCO
- FUMO N/MANUFAT.N/DESTAL.EM FLS.SECAS,ETC.TIPO VIRGINIA
- OUTRAS MAQUINAS E APARELHOS P/PREPARAR/TRANSFORMAR FUMO
- OUTROS FUMOS NAO MANUFATURAD.TOTAL/PARCIALM.DESTALADOS
- OUTROS FUMOS NAO MANUFATURADOS,NAO DESTALADOS
- OUTROS PRODUTOS DO FUMO E SEUS SUCEDANEOS,MANUFATURADOS
- OUTROS TABACOS PARA FUMAR PARTES DE MAQUINAS E APARS.P/PREPARAR/TRANSFORMAR FUMO